

4ª REUNIÃO DA MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

Data: 11/10//07

Local: Espaço Crescer - SETRE

Sumário Executivo: A Mesa Setorial de Negociação dos Trabalhadores da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB teve a participação de representantes sindicais e do governo como seguem:

Representantes do Governo: Washington Couto (Titular/SESAB), João Militão (Assessoria Técnica da bancada do governo), Isabela Pinto (Titular/SESAB), Bruno Guimarães (Suplente/ SESAB, Secretario Executivo da MENP-Setorial Saúde); Adriano Tambone (Coordenador Mesa Central/ SAEB), Claudinei Pereira (Coordenador de Relações Trabalhistas/ SAEB), Cristiane Souza (Técnica/ SAEB), Bárbara Miranda (Suplente/ SAEB), Maria de Fátima Brito (Titular/ SAEB); Geyse Miranda (Convidada/ SESAB).

Representantes Sindicais: Tereza Deiró (Titular/ SINDISAUDE), Inalba Fontenelle (Titular/SINDISAUDE), Vânia Araújo (Suplente/ SINDSAÚDE); José Caíres (Titular/ SINDMED), Ana Georgina Dias (Assessoria técnica da bancada sindical);

Essa reunião ordinária objetivou a apresentação de uma proposta pela bancada do governo, para os problemas descritos na pauta emergencial dos trabalhadores da SESAB, oriunda de acordos internos entre a SESAB e a SAEB, a fim de atender a demanda dos servidores.

A reunião se iniciou com duas horas de atraso, sendo questionado pelo sindicato tal fato, bem como o não atendimento da solicitação feita pela bancada sindical, de antecipação da Reunião da Mesa de Negociação e a falta de mobilização do sistema de comunicação dos gestores, ocasionando um desajuste na agenda dos sindicatos. A SAEB informa que o atraso foi involuntário, se retratando pelo mesmo; que a antecipação não pode ser atendida, haja vista a dificuldade nas agendas e o cronograma de Mesas setoriais agendadas; se comprometendo a refletir sobre melhores estratégias para dinamizar o Sistema de Comunicação.

O Sr. Adriano Tambone da SAEB, inicia a discussão, historiando um pouco sobre o processo de negociação nas Mesas, e registra que estamos iniciando uma importante etapa no processo negocial, que deve se findar após 03 ou 04 rodadas de negociação para melhor ajustar os acordos.

A seguir ressaltaremos alguns importantes pontos apresentados e debatidos na reunião:

- ➡ A SAEB apresentou os antecedentes do processo de negociação no estado, ratificando que, conforme acordo na Mesa Central, não haverá após o mês de

novembro/ 07 nenhum servidor com vencimento menor que o valor do salário mínimo; Informa que a elaboração dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS em 2008 será essencial para recomposição das perdas dos servidores estaduais e que a partir de 2009 o processo negocial será focado na consolidação dos planos para darem conta de todo processo de gestão do trabalho do Governo Estadual; Ratifica a importância da consolidação das Mesas Setoriais para levantamento e composição das pautas do processo negocial;

- Em relação ao comprometimento da receita do estado com remuneração de pessoal, informa que o valor disponibilizado pela gestão anterior perfazia 41% da receita. Com o reajuste deste ano o governo retorna ao patamar alcançado no ano de 2003. Houve uma expansão no gasto com pessoal, sendo estimado um percentual de 44,01% da receita do Estado. Neste cálculo, inclui-se o gasto com as terceirizações que executam atividades que expandem as ações do Estado como o Reda, por exemplo. As Organizações Sociais – O.S., e terceirizações onde os cargos não fazem parte da administração direta do Estado não entram no cálculo estimado acima;
- A proposta ora apresentada, na ótica da SAEB, SEFAZ, SETRE e SERIN, se configura de forma a ter um crescimento de 5% ao ano na receita, sendo realizada uma divisão ordenada do recurso, a partir da reestruturação das carreiras, com ascensão funcional/ novos concursados. Em 2008, o acréscimo considera o contexto do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC;

Algumas premissas para consolidação do processo negocial e efetivação das ações de Gestão do Trabalho no Governo Estadual foram elencadas, como seguem:

- Elaboração e validação pela PGE E ALBA dos PCCS até 31/08/08 (revisados e finalizados);
- Reajuste linear a partir da recomposição da perda inflacionária do ano anterior;
- Passo imediato: Em 2007 o processo de negociação salarial deve estar articulado para início das discussões no ano de 2008.

Propostas da Bancada do Governo:

- **Sobre a insalubridade:** Até o dia 31/12/07 serão avaliados 2.985 processos de solicitação de insalubridade; Esta em processo de contratação de uma Empresa que fará o mapeamento de todos os ambientes para definir o percentual de insalubridade por ambiente, vinculando o pagamento de valor adicional ao servidor que atua nos espaços considerados insalubres – prazo: dezembro/07;

Segundo a Bancada Sindical, o trabalhador submetido a condições insalubres em período anterior ao atual deverá ser ressarcido de forma retroativa, pois já houve penalização do trabalhador, uma vez que ele em algum momento esteve exposto ao risco. Segundo informam, há um decreto que determina o pagamento retroativo de insalubridade ao trabalhador a partir de uma data definida. A bancada do Governo informa que a retroatividade que o decreto concede já está

sendo revista e as solicitações com datas anteriores ao decreto estão sendo avaliadas.

✚ **Sobre a realização de Concurso Público:** O primeiro concurso deverá disponibilizar um quantitativo de vagas que possibilite a substituição parcial do quadro do REDA, com contratos a findar-se nos anos de 2008 e 2009. A SESAB terá um percentual maior de vagas, que contemple a demanda dos serviços e especificidades do setor saúde, sendo em breve lançado um cronograma pela Governadoria.

✚ **Gratificação de Incentivo a Melhoria da Qualidade – GIQ:** A proposta é que se faça um incremento sobre o valor da GIQ, a fim de não ocasionar perdas severas aos servidores, repensado através de estudos econômicos um novo modelo de gratificação; Incorporar uma parte do percentual da GIQ mínima aos cargos auxiliares do Estado, para os cargos administrativos a incorporação será da CET; implantar novos índices da GIQ de produtividade, reavaliar o impacto desse processo sobre os servidores municipalizados; O salário dos servidores que trabalham 180 horas, não seria menor que R\$ 407,00 (quatrocentos e sete reais), sendo calculado o percentual da GIQ sobre este valor.

A bancada sindical compreende que incorporar uma % da gratificação no vencimento + reajuste deste ano = não pode ter um valor menor que o salário mínimo; Questionam como o Estado procederá com os servidores municipalizados; propõem a articulação da GIQ ao nível de complexidade do trabalho do servidor; ressaltam que um aumento de 125% para servidores que já recebem valor diferenciado, aprofundará mais as distorções hoje existentes e solicitam que o pagamento da GIQ seja também estendido aos servidores do interior do Estado.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1 – A Bancada Sindical avaliará as propostas, apresentarão um parecer e uma contra proposta;
- 2 – Próxima reunião dia 06/11/07, às 14:30h na SETRE

Conforme consensuado e acordado na Mesa Setorial de Negociação Permanente da Saúde, atesto a veracidade das informações descritas.

Assinaturas

Nome	Representação
1.	
2.	
3.	
4.	

5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	

Salvador, de de 2007.